Missões
Revista de Ciências Humanas e Sociais

TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS E REFORMAS CURRICULARES: UM ESTUDO DO NOVO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ[1]

TRANSFORMACIONES EDUCATIVAS Y REFORMAS CURRICULARES: UN ESTUDIO DE LA NUEVA EDUCACIÓN SUPERIOR EN PARANÁ

EDUCATIONAL TRANSFORMATIONS AND CURRICULAR REFORMS: A STUDY OF THE NEW HIGH EDUCATION IN PARANÁ

Recebido em: 20/08/2024
Aceito em: 30/10/2024
Publicado em: 06/11/2024

Aline do Rocio Neves[2]
Mario Prokopiuk[3]

Resumo: O artigo investiga a neoliberalização da educação no Brasil, com foco na implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no Paraná. Identifica-se um alinhamento das reformas curriculares com tendências globais, priorizando disciplinas como "Projeto de Vida", "Educação Financeira" e "Pensamento Computacional", que refletem a mercantilização do ensino. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com revisão sistemática da literatura, análise documental e de conteúdo para avaliar as mudanças curriculares e seus impactos. Os resultados revelam que o NEM privilegia a preparação para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação crítica e humanística. Conclui-se que essa tendência reforça a formação de sujeitos ajustados às demandas do mercado, comprometendo a função emancipadora da educação. O estudo destaca a necessidade de integrar disciplinas técnicas e humanísticas para equilibrar a formação técnica com o desenvolvimento da consciência crítica e cidadã, contribuindo para uma educação mais justa e equitativa. Limitações e sugestões para futuras pesquisas são discutidas.

Palavras-chave: Educação; Novo Ensino Médio; Currículo, Neoliberalismo.

Resumen: Resumen: El artículo investiga la neoliberalización de la educación en Brasil, centrándose en la implementación de la Nueva Educación Secundaria (NEM) en Paraná. Se identifica un alineamiento de las reformas curriculares con las tendencias globales, priorizando materias como "Proyecto de Vida", "Educación Financiera" y "Pensamiento Computacional", que reflejan la mercantilización de la enseñanza. Se utilizó un enfoque cualitativo, con revisión sistemática de literatura, análisis de documentos y contenido para evaluar los cambios curriculares y sus impactos. Los resultados revelan que el NEM prioriza la preparación para el mercado laboral en detrimento de la formación crítica y humanística. Se concluye que esta tendencia refuerza la formación de sujetos ajustados a las demandas del mercado, comprometiendo la función emancipadora de la educación. El estudio destaca la necesidad de integrar disciplinas técnicas y humanísticas para equilibrar la formación técnica

[1] Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado vinculada ao "Projeto do NAPI - Educação do Futuro", e portanto, outros estudos e versões derivadas desse artigo serão publicadas.

[2] Doutoranda em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: aline.rocio.neves@gmail.com

[3] Professor. Coordenador Adjunto de Área de Avaliação de Programas Profissionais de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a gestão 2022-2026. Vice-coordenador eleito do Comitê de Assessores da Área de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Líder da Linha de Pesquisa em Políticas Públicas no Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (PUCPR) e co-lider do Centro de Estudos em Políticas Urbanas - CE.URB. E-mail: mario.p@pucpr.br

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

con el desarrollo de la conciencia crítica y cívica, contribuyendo a una educación más justa y equitativa. Se discuten las limitaciones y sugerencias para futuras investigaciones.

Palabras-chaves: Educación; Nueva Escuela Secundaria; Curriculum, Neoliberalismo.

Abstract: The article investigates the neoliberalization of education in Brazil, focusing on the implementation of the New Secondary Education (NEM) in Paraná. An alignment of curricular reforms with global trends is identified, prioritizing subjects such as "Life Project", "Financial Education" and "Computational Thinking", which reflect the commodification of teaching. A qualitative approach was used, with a systematic literature review, document and content analysis to evaluate curricular changes and their impacts. The results reveal that the NEM prioritizes preparation for the job market to the detriment of critical and humanistic training. It is concluded that this trend reinforces the formation of subjects adjusted to market demands, compromising the emancipatory function of education. The study highlights the need to integrate technical and humanistic disciplines to balance technical training with the development of critical and civic awareness, contributing to a fairer and more equitable education. Limitations and suggestions for future research are discussed.

Keyword: Education; New High School; Curriculum, Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

Desde 2016, com a introdução do "Novo Ensino Médio" (NEM) pelo governo federal por meio da Medida Provisória n. 746/2016, os professores do eixo humanístico, especialmente de Sociologia e Filosofia, têm enfrentado preocupações significativas quanto à manutenção de seus empregos nas escolas públicas e privadas em todo o Brasil. Naquele momento, a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não foi analisada de forma aprofundada, deixando de considerar as consequências que as mudanças propostas trariam para a estrutura educacional do país, influenciando de maneira decisiva a formação futura dos estudantes.

As Ciências Humanas, que historicamente têm sido subvalorizadas tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, passaram por um processo de enfraquecimento ainda mais acentuado nos últimos anos no contexto educacional brasileiro. A "Reforma do Ensino Médio", implementada pela Medida Provisória n. 746/2016, exemplifica essa tendência ao propor a exclusão de Sociologia e Filosofia do currículo obrigatório. Lima e Maciel (2018) destacam que essa proposta omitiu, na BNCC, o dispositivo da Lei n. 11.684/2008, que garantia a presença dessas disciplinas no Ensino Médio, abrindo assim a possibilidade de que seus conteúdos sejam tratados apenas como temas transversais, comprometendo a formação integral e crítica dos estudantes.

As novas matérias introduzidas pelo currículo reformulado do Ensino Básico, como "Projeto de Vida", "Educação Financeira" e "Pensamento Computacional", têm substituído disciplinas tradicionais no Ensino Fundamental e Médio. Apesar de serem apresentadas como essenciais para a formação dos estudantes, essas disciplinas têm gerado controvérsias,

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

principalmente devido à falta de profissionais capacitados para ministrá-las e à sua implementação, muitas vezes, no formato de educação à distância ou online em plataformas pagas pelo governo. Este trabalho busca investigar a finalidade dessas matérias no contexto do ensino paranaense e as justificativas estatais para sua ampliação, em detrimento da redução da carga horária de outras disciplinas que deixam de ser obrigatórias.

O artigo está estruturado em seis seções principais: a) Introdução, que contextualiza os objetivos e a relevância do estudo; b) Metodologia, detalhando os procedimentos de pesquisa; c) Revisão Sistemática de Escopo; d) Implementação do "Novo Ensino Médio" no Paraná, com foco nas novas disciplinas introduzidas; e) Discussão, que analisa como essas mudanças curriculares contribuem para a formação de sujeitos alinhados aos ideais neoliberais; e f) Conclusão, que sintetiza os principais achados e reflexões do estudo.

ABORDAGEM METODOLÓGICA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Este artigo emprega uma abordagem qualitativa dividida em três etapas metodológicas principais: i) revisão sistemática de escopo (RSE), afim de investigar a relação entre "Educação" e "Neoliberalismo" explorando teorias e conceitos presentes nos estudos sobre a temática.; ii) análise documental (AD), que mapeia os documentos legais que sustentam a implementação do Novo Ensino Médio no Estado do Paraná; e iii) análise de conteúdo (AC), que classifica as finalidades dos novos componentes curriculares da Parte Flexível Obrigatória (PFO) e define os critérios para a atribuição dessas aulas aos docentes.

A RSE foi conduzida para fundamentar a escolha dos autores na seção de discussão, que segue a AD e a AC. De acordo com Kauchakje e Rosa (2020), a revisão sistemática segue um protocolo rigoroso e busca responder a uma questão específica, com o objetivo de identificar, avaliar, sistematizar e analisar estudos provenientes de bases científicas. Os resultados são apresentados de forma organizada e objetiva, minimizando possíveis vieses e estabelecendo uma base sólida para as análises subsequentes.

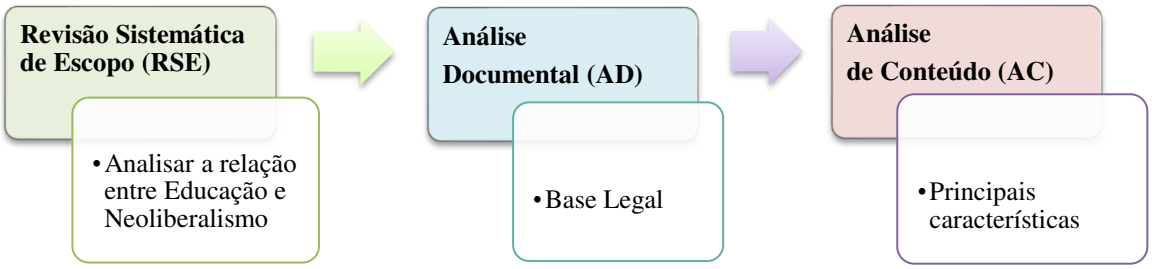
A figura 1 resume os procedimentos metodológicos adotados neste estudo. O processo inicia-se com a RSE, que examina a interação entre "Educação" e "Neoliberalismo". Em seguida, a AD avança para a análise da base legal que fundamenta a implementação do Novo Ensino Médio no Paraná. Finalmente, a AC é utilizada para identificar e descrever as principais características dos novos componentes curriculares, proporcionando uma compreensão detalhada das mudanças introduzidas no currículo. Cada uma dessas etapas está interligada,

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

assegurando uma análise integrada e coerente, que culmina em uma discussão fundamentada tanto nos achados da literatura quanto nas evidências documentais.

IMAGEM 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.



Fonte: Os autores (2024).

A figura 1 deixa visual os procedimentos metodológicos, porém, cabe destacar que a combinação desses métodos exige uma integração cuidadosa, representando um desafio considerável. Como observa Creswell (2009), essa abordagem requer familiaridade tanto com a coleta extensiva de dados quanto com a análise detalhada de textos, incorporando aspectos quantitativos e qualitativos de pesquisa.

EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: SÍNTESE DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESCOPO

Com o objetivo de responder à pergunta "O que o mundo tem publicado sobre Educação e Neoliberalismo?", foi realizada uma Revisão Sistemática de Escopo, seguindo procedimentos que visam "sintetizar, resumir, combinar, analisar, comentar e criticar estudos sobre um determinado tópico" (HONG; PLUYE, 2018). Para tanto, aplicou-se um protocolo de definição de etapas na pesquisa e análise de literatura, conforme orientado pelo *Campbell Collaboration* (2001). Porém, esta revisão “de escopo”, tem o objetivo de partir de um protocolo reproduzivel, para mapear o estado da arte sobre o tema, descrevendo os seus achados. Porém, não possui a pretenção de compilar esses achados ou avalia-los neste momento.

A coleta de dados ocorreu em 24 de março de 2024, utilizando a base de dados Web of Science (WoS). A busca foi realizada a partir da string *TS=(education AND neoliberal)*, no campo "tópico" da base, que localiza os termos de busca no título, resumo e palavras-chave dos documentos.

Inicialmente, os resultados foram amplos, totalizando 5.304 estudos *na Web of Science Core Collection*. Esses resultados passaram por refinamentos utilizando uma série de filtros.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Primeiro, a busca foi restringida a artigos acadêmicos, considerando que são os documentos mais comumente utilizados na divulgação científica atual. Em seguida, a pesquisa foi delimitada às áreas de Educação, Sociologia e Ciências Sociais Interdisciplinares, dada a relevância dessas disciplinas para a análise crítica do neoliberalismo na educação. Além disso, foram considerados apenas os estudos publicados a partir de 1996, ano significativo devido à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Brasil, com o objetivo de não excluir documentos relevantes e conceitos emergentes ao longo do tempo.

Após a aplicação desses filtros, o número de resultados foi reduzido para 2.752 artigos. Esses artigos foram então ordenados por ordem de citação, utilizando o cálculo do h-index fornecido pela base de dados. O *h-index* é um indicador que mede tanto a produtividade quanto o impacto de um autor, levando em conta o número de artigos publicados e o número de citações que esses artigos receberam.

QUADRO 1 – PROTOCOLO | PLANO DE BUSCA DETALHADO E JUSTIFICADO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA BASE *WEB OF SCIENCE.*

Etapa de Refinamento	**Exclusão**	**Total de Resultados**
Artigos científicos	370	**4.934**
Categoria “Educação”, “Sociologia” e “Ciências Sociais Interdisciplinares”	1.584	**3.350**
Anos que não são de interesse	2	**3.348**
Documentos que não são artigos científicos	236	**3.106**
Periódicos que não são de interesse	546	**2.560**
Resultado Final	h-index de 67	**2.560**

Fonte: Os autores (2024) adaptado de *The Campbell Collaboration* (2001).

Após a definição do protocolo de busca e a redução do número de artigos, foi identificado um h-index de 67. A partir disso, iniciou-se a busca pelos artigos na íntegra para realizar uma leitura aprofundada e aplicar os critérios de exclusão. Esses critérios estão sintetizados no Quadro 2.

QUADRO 2 – FILTROS REALIZADOS NA REALIZAÇÃO DO PROTOCOLO.

Critérios de Exclusão
Artigos de outras áreas de conhecimento que não sejam Educação, Sociologia e Ciências Sociais Interdisciplinares.
Artigos cujos termos da string aparecem no título, resumo e/ou palavras-chave, mas não abordam "educação" e "neoliberalismo".
Artigos que, apesar de compor a grade de leitura, não foram localizados, impossibilitando sua leitura na íntegra.

Fonte: Os autores (2024).

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

No passo seguinte, o resultado do protocolo foi submetido aos critérios de exclusão e inclusão. Dos artigos restantes, foram selecionados os 23 mais citados para compor a grade de leitura, servindo como base empírica para a discussão subsequente, que é fundamentada nas evidências documentais e nos achados da literatura. Foram lidos na íntegra dezoito (18) dos vinte e três (23) textos selecionados pelo protocolo de busca[4].

QUADRO 3 - TEXTOS SELECIONADOS PELO PROTOCOLO DE BUSCA.

ANO	Título do Artigo	Autoria	Citações
2013	The neoliberal cascade and education: an essay on the market agenda and its consequences	Connell, R	477
2016	The Theory and Practice of Culturally Relevant Education: A Synthesis of Research Across Content Areas	Aronson,B	309
2010	Employing discourse: universities and graduate 'employability'	Boden, R Nedeva, M	248
2008	The new neoliberal subjects? Young/er academics' constructions of professional identity	Archer,L	237
2016	Subjectivity as a site of struggle: refusing neoliberalism?	Ball, SJ	181
2009	Education, meritocracy and the global war for talento	Brown, P Tannock, S	171
2018	Her majesty the student: marketised higher education and the narcissistic (dis)satisfactions of the student-consumer	Nixon, E; Scullion, R; Hearn, R	160
2016	Cash, competition, or charity: international students and the global imaginary	Stein, S and de Andreotti, VO	143
2014	Relocating the Deficit: Reimagining Black Youth in Neoliberal Times	Baldridge, BJ	128
2013	Becoming employable students and 'ideal' creative workers: exclusion and inequality in higher education work placements	Allen, K; Quinn, J; Rose, A	128
2015	The neoliberal regime in English higher education: charters, consumers and the erosion of the public good	Naidoo, R Williams, J	125
2015	Questioning Neoliberal Capitalism and Economic Inequality in Business Schools	Fotaki, M Prasad, A	121
2016	Neoliberal competition in higher education today: research, accountability and impact	Olssen, M	98
2011	Decolonizing the evidence-based education and policy movement: revealing the colonial vestiges in educational policy, research, and neoliberal reform	Shahjahan, RA	96
2011	Contesting global neoliberalism and creating alternative futures	Hursh, DW Henderson, JA	91
2014	The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies	Bellei, C; Cabalin, C Orellana, V	88
2016	Children of the market: performativity, neoliberal responsibilisation and the construction of student identities	Keddie, A	81
2013	Why do market 'reforms' persistently increase inequality?	Connell, R	75
	EXCLUÍDOS		
2007	Assessing no child left behind and the rise of neoliberal education policies	Hursh, D.	335
2001	Comparing neo-liberal projects and inequality in education	Apple, MW	233
2016	Meritocracy 2.0: High-Stakes, Standardized Testing as a Racial Project of Neoliberal Multiculturalism	Au, W	179
2002	The marketization of education: Public schools for private ends	Bartlett, L; Frederick, M; Murillo, E	87

[4] Foram excluídas da análise as produções que não tivemos acesso ao material integral (critério de exclusão)

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

2015	Education as recovery: neoliberalism, school reform, and the politics of crisis	Slater, GB	76

Fonte: Os autores (2024)

**Foram excluídas da análise as produções que não tivemos acesso ao material integral (critério de exclusão).

A primeira parte do Quadro 3 apresenta uma série de artigos que exploram a relação entre educação e neoliberalismo, destacando-se a prevalência de temáticas relacionadas à mercantilização da educação, à construção de identidades neoliberais e ao impacto das políticas neoliberais no sistema educacional. Artigos como "The neoliberal cascade and education" de Connell (2013) e "The Theory and Practice of Culturally Relevant Education" de Aronson (2016) exemplificam como o neoliberalismo influencia tanto o conteúdo educacional quanto as práticas pedagógicas, reforçando a competitividade, a empregabilidade e a conformidade com as demandas do mercado. Essas obras também abordam a reconfiguração das identidades acadêmicas, especialmente entre jovens acadêmicos, como discutido por Archer (2008) em "The new neoliberal subjects?", onde se observa uma crescente pressão para que os acadêmicos se adaptem a uma cultura de desempenho e produtividade, em detrimento da autonomia intelectual. Além disso, temas como a meritocracia, o papel do estudante como consumidor e a internacionalização da educação são recorrentes, evidenciando uma tendência de responsabilização individual e de adaptação das instituições educacionais às dinâmicas do mercado global, como discutido por Nixon *et al.* (2018) em "Her majesty the student" e Stein e de Andreotti (2016) em "Cash, competition, or Charity". Esses trabalhos coletivamente apontam para uma educação que se distancia do bem público, favorecendo uma abordagem que privilegia a eficiência, o lucro e a formação de indivíduos para se encaixarem nas exigências do capitalismo global.

Na segunda parte do Quadro 3, encontramos artigos excluídos da análise principal, que, embora relevantes, não se alinharam diretamente com os critérios específicos de inclusão adotados na revisão. Esses artigos, como "Assessing no child left behind and the rise of neoliberal education policies" de Hursh (2007) e "Comparing neo-liberal projects and inequality in education" de Apple (2001), tratam de políticas educacionais neoliberais e seus impactos, porém em contextos ou com abordagens que foram considerados menos centrais para a discussão específica da revisão sistemática. Por exemplo, a análise de Hursh (2007) sobre as políticas educacionais nos Estados Unidos no contexto da lei "No Child Left Behind" oferece uma crítica contundente às reformas educacionais neoliberais, mas enfatiza aspectos legislativos e suas implicações imediatas, diferindo da abordagem mais teórica e global dos

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

artigos selecionados. Da mesma forma, a discussão de Apple (2001) sobre projetos neoliberais e desigualdade na educação, embora pertinente, foi considerada menos central para a construção da narrativa desejada na análise principal. Assim, os artigos excluídos contribuem para um entendimento mais amplo do impacto do neoliberalismo na educação, mas foram deixados de lado devido a especificidades de foco ou contexto que os afastaram dos objetivos principais da revisão.

A análise dos estudos selecionados revela como o neoliberalismo tem permeado a educação globalmente, com destaque para o trabalho de Raewyn Connell (2013), cujo estudo "The neoliberal cascade and education: an essay on the market agenda and its consequences" é o mais citado dentre os artigos revisados, com 477 citações. Connell examina a dinâmica do neoliberalismo mundial, complementando sua análise com o caso australiano, e tensiona o conceito de "educação neoliberalizante", abordando-a como formação de capital humano. Além disso, Connell também conduz uma revisão bibliográfica e análise documental, evidenciando como as reformas de mercado na educação amplificam desigualdades ao concentrar privilégios e enfraquecer mecanismos redistributivos.

No contexto das reformas educacionais nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá, Riyad Ahmed Shahjahan (2011) adota uma perspectiva crítica e anticolonial em sua revisão da literatura e análise documental, destacando as implicações das reformas neoliberais. Complementando essa discussão, David W. Hursh e Joseph A. Henderson (2011) realizam uma revisão bibliográfica que contesta o neoliberalismo global, argumentando que as políticas neoliberais predominam nas políticas educacionais porque beneficiam as elites que controlam o debate público.

Em termos metodológicos, Brittany Aronson oferece um exemplo de combinação de metodologias ao realizar uma revisão sistemática da literatura em sua obra "The Theory and Practice of Culturally Relevant Education: A Synthesis of Research Across Content Areas" (2016). Esta abordagem permite uma compreensão profunda das práticas educacionais culturalmente relevantes, investigadas a partir de diversas bases de dados.

O impacto do neoliberalismo no ensino superior é explorado em profundidade por Mark Olssen (2016), que estuda a ascensão do neoliberalismo na Grã-Bretanha e argumenta que essa ideologia ataca a ideia de bem público por meio de incentivos individualizados e metas de desempenho. A revisão bibliográfica conduzida por Arianna Fotaki e Ajnesh Prasad Egade (2015) discute a ideologia do capitalismo neoliberal e sua influência nas escolas de negócios,

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

destacando a necessidade de problematizar a relação entre capitalismo e desigualdades econômicas dentro da educação empresarial.

Tratando do ensino superior no Reino Unido, Rebecca Boden e Maria Nedeva (2010) examinam a "neoliberalização" e o discurso da "empregabilidade" através de um estudo de caso. Já Louise Archer (2008), em seu estudo de caso, utiliza entrevistas para investigar as construções de identidades acadêmicas e a ausência de criticidade no ensino superior, complementando a discussão sobre os desafios enfrentados por acadêmicos nesse contexto.

A exploração da meritocracia e da guerra global por talentos é aprofundada por Phillip Brown e Stuart Tannock (2009) em sua revisão bibliográfica, oferecendo um contraponto à mercantilização do ensino superior, que é examinado por Elizabeth Nixon, Richard Scullion e Robert Hearn (2018) em um estudo de caso na Inglaterra. Esses autores investigam as consequências da lógica de mercado para a pedagogia, consolidando o conceito de "consumidor-estudante" e revelando as dinâmicas psicológicas que moldam as experiências dos estudantes de graduação.

No Canadá, Sharon Stein e Vanessa Oliveira de Andreotti (2016) realizam um estudo de caso que problematiza a experiência dos estudantes internacionais, destacando as questões de "caridade" e "neo-racismo" nas políticas de recrutamento do país. Já Bianca J. Baldridge (2014), em sua pesquisa etnográfica com trabalhadores juvenis nos EUA, aborda a ideologia neoliberal que substitui a educação pública por novas formas privatizadas de escolarização, expondo como essas práticas reproduzem o racismo.

A subjetividade e a construção de identidades acadêmicas são temas centrais no estudo de K. Allen, J. Quinn, S. Hollingworth e A. Rose (2013), que exploram como estudantes da classe trabalhadora na Inglaterra e no País de Gales são moldados para se tornarem "trabalhadores criativos ideais". Essa discussão sobre identidade acadêmica é aprofundada por Rajani Naidoo e Joanna Williams (2015), que analisam a intensificação da mercantilização nas universidades inglesas e seus impactos nas identidades dos estudantes.

Por fim, Amanda Keddie (2016) examina, em um estudo de caso em Londres, como os discursos neoliberais de performatividade e responsabilização individual influenciam a construção das identidades das crianças, influenciando profundamente na sua compreensão sobre educação e futuro. Essa análise é complementada pelo trabalho do sociólogo Stephen J. Ball (2016), que estuda um grupo de professores em luta contra a performatividade, explorando a subjetividade como instrumento de resistência ao neoliberalismo na educação.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

O movimento estudantil chileno de 2011 e seus esforços para frear a implementação de políticas educacionais neoliberais são analisados por Cristián Bellei, Cristian Cabalin e Víctor Orellana (2014) em um estudo de caso no Chile, concluindo esta série de investigações que ilustram o impacto global do neoliberalismo na educação.

Essas análises, ao reproduzir o colonialismo do saber e do poder, tem historicamente hierarquizado conhecimentos e culturas. Essa hierarquia é estabelecida através da epistemologia, que é a ciência da aquisição de conhecimento. Segundo Ribeiro (2019), a epistemologia determina três aspectos fundamentais: os temas que merecem atenção e as questões que são consideradas dignas de investigação para a produção de conhecimento verdadeiro; os paradigmas, ou seja, as narrativas e interpretações que podem ser usadas para explicar um fenômeno, determinando a partir de qual perspectiva o conhecimento pode ser legitimado; e os métodos, que definem as formas e formatos adequados para a produção de conhecimento confiável. Dessa forma, a epistemologia não apenas estabelece como o conhecimento deve ser produzido, mas também quem é autorizado a produzir esse conhecimento e em quem devemos confiar.

Nesse contexto global, onde os avanços tecnológicos frequentemente levam à superestimação de certas áreas ou métodos de pesquisa, é fundamental que, especialmente no campo da Educação, a qualidade e a integralidade sejam preservadas. A Educação, sendo fundamental para a formação crítica e integral dos indivíduos, não pode ser tratada como um mero produto de mercado ou sujeita às flutuações das tendências tecnológicas. Ao invés disso, deve ser abordada com o devido respeito à sua complexidade e ao seu papel central na construção de sociedades mais justas e equitativas.

REFORMAS NO ENSINO MÉDIO PARANAENSE: ANÁLISE DAS NOVAS DISCIPLINAS

A reforma do ensino médio é nacional, mas a implementação no Estado do Paraná iniciou no ano de 2020. Para a Análise Documental (AD), destaca-se a Deliberação n. 03 de 22 de novembro de 2018, que, no que se refere à estrutura curricular, reforça a indissociabilidade entre a Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF). Abaixo:

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

QUADRO 4–DOCUMENTOS PARANAENSES DE IMPLEMENTAÇÃO DO "NOVO ENSINO MÉDIO".

Documento	Descrição
Resolução CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010	Definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
Resolução CNE/CEB n. 2, de 30 de janeiro de 2012	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
Portaria n. 592/2015, do Ministério da Educação	Inicia o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para todas as etapas da Educação Básica.
Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017	Altera a LDB n. 9394/1996 e estabelece mudanças para a etapa do Ensino Médio, como a ampliação da carga horária mínima; ampliação das escolas de tempo integral; a definição dos currículos por área do conhecimento e suas respectivas **competências e habilidades**; além do estabelecimento de **itinerários formativos** de aprofundamento ou qualificação profissional.
Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018	Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e normatiza os vários aspectos da proposta de reforma do Ensino Médio. Dentre esses, destacam-se os princípios pedagógicos, a estrutura curricular, as formas de oferta e demais inovações apresentadas na Lei n. 13.415/2017 (BRASIL, 2017).
Deliberação n. 03/18, de 22 de novembro de 2018	Orienta a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.
Referencial Curricular do Paraná, de 2018	Estabelece as Normas Complementares que instituem o Referencial Curricular do Paraná, em acordo com a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019	Apresenta a todos os Sistemas de Ensino um grande desafio ao elaborar Competências Gerais Docentes.
Caderno de Itinerários Formativos - Ementas das Unidades Curriculares Ofertadas em 2022	Início da implementação gradativa da nova arquitetura curricular do Ensino Médio.
Caderno de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio 2023	Orienta a prática docente no trabalho com as Unidades Curriculares que compõem a Parte Flexível Obrigatória (PFO) e a Parte Flexível (PF) do Currículo do Novo Ensino Médio do Paraná.
Instrução Normativa n.º 2/2024 – DEDUC/SEED	Estabelece critérios para distribuição de aulas aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores contratados em Regime Especial pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS, para atuação nos cursos da Educação Profissional e Técnica das instituições da rede pública estadual de ensino do Paraná para o ano letivo de 2024.

Fonte: Os autores (2024).

O Quadro 1 explicita as normativas em ordem cronológica. A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica no Brasil, orientando a educação desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Baseada em princípios como a democratização do acesso, a garantia da permanência e sucesso dos alunos, e a formação integral para a cidadania e qualificação para o trabalho, a resolução enfatiza a responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade para assegurar uma educação de qualidade que respeite a diversidade cultural, social e regional. Além disso, propõe a criação de um Sistema Nacional de Educação que articule ações dos diferentes entes

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

federativos para assegurar a continuidade e qualidade da educação básica em todo o país. No contexto da discussão sobre a neoliberalização da educação, a Resolução nº 4/2010 pode ser vista como um esforço para reafirmar a educação pública como um direito universal, essencial para o desenvolvimento humano e social, contrastando com tendências neoliberais que priorizam a lógica de mercado e a mercantilização do ensino, enfatizando a necessidade de uma formação mais ampla e crítica em vez de uma preparação restrita ao mercado de trabalho.

A Resolução CNE/CEB n. 2/2012 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, articulando-se com as diretrizes gerais da Educação Básica e fornecendo um marco orientador para a organização curricular das escolas públicas e particulares no Brasil. A norma destaca que o Ensino Médio deve promover a formação integral do estudante, aliando conhecimentos gerais a uma preparação básica para o trabalho e a cidadania, sempre considerando a diversidade cultural e as especificidades regionais. Além disso, enfatiza a indissociabilidade entre teoria e prática, integrando educação, ciência, tecnologia, trabalho e cultura no desenvolvimento curricular. Esse referencial é particularmente relevante ao analisar a implementação do Novo Ensino Médio, que busca modificar a estrutura curricular, enfatizando a formação por competências e a flexibilidade nos itinerários formativos, mas que também enfrenta críticas por sua abordagem que pode refletir tendências neoliberais na educação, alinhadas ao contexto mais amplo discutido nesta seção.

A Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, institui a Comissão de Especialistas responsável pela elaboração da proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A norma estabelece que a comissão deve consolidar os resultados de discussões públicas e produzir um documento preliminar da BNCC para as etapas da Educação Básica, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Esta portaria é um marco importante no processo de reformulação do currículo nacional, inserindo-se no contexto de mudanças estruturais que buscam alinhar a educação brasileira a padrões de formação que enfatizam competências e habilidades, refletindo a lógica de educação como instrumento de preparação para o mercado de trabalho, discutida anteriormente nesta seção. A portaria reforça o papel central do Estado na condução desse processo, ao mesmo tempo em que aponta para a importância da participação de diversas esferas educacionais e sociais na construção da BNCC.

Essa Comissão foi encarregada de conduzir um processo de construção baseado em discussões amplas e coordenadas, com o objetivo de entregar uma proposta consolidada até o início de 2016. Essa iniciativa foi uma parte fundamental do processo de reformulação

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

curricular que culminou na atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio pela Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Essa Resolução refletiu as alterações introduzidas pela Lei nº 13.415/2017 e estabeleceu a nova estrutura curricular para o ensino médio, enfatizando a formação integral do estudante, a indissociabilidade entre teoria e prática, e a introdução de itinerários formativos que permitem uma personalização da trajetória educacional de acordo com os interesses dos estudantes. A normativa também especifica a organização curricular e as formas de oferta, criando as bases para a implementação do Novo Ensino Médio em todo o Brasil.

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, resulta da conversão da Medida Provisória nº 746/2016 e introduz significativas mudanças na estrutura do Ensino Médio no Brasil, reformulando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e outros marcos legais relacionados à educação. A lei estabelece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referência central para a definição dos direitos e objetivos de aprendizagem, distribuindo o currículo do Ensino Médio em áreas de conhecimento específicas, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além de permitir a oferta de formação técnica e profissional. Uma das principais mudanças é a ampliação progressiva da carga horária mínima anual para 1.400 horas, visando oferecer maior tempo de aprendizado aos estudantes. A lei também flexibiliza o currículo ao introduzir itinerários formativos, que permitem aos alunos escolherem parte de sua trajetória educacional, de acordo com seus interesses e o contexto local. Essa reforma se alinha ao processo de reformulação curricular iniciado pela Portaria nº 592, de 2015, que criou a Comissão de Especialistas para a elaboração da BNCC. Ambas as normativas refletem a tendência de uma educação orientada para o mercado, enfatizando a formação de competências e habilidades voltadas para a empregabilidade e a competitividade. Essa abordagem, embora busque modernizar a educação, tem sido alvo de críticas por sua possível contribuição à mercantilização do ensino e à redução da criticidade e da formação integral, conforme discutido na seção anterior. A Lei nº 13.415/2017, ao reestruturar o Ensino Médio, pode ser vista como um desdobramento das políticas educacionais que visam alinhar a educação brasileira aos padrões neoliberais globais.

A Deliberação nº 03/18, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, estabelece normas complementares para a implementação do Referencial Curricular do Paraná. Este documento é fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e orienta a elaboração ou adequação dos currículos e projetos político-pedagógicos das instituições de

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ensino no âmbito do Sistema Estadual de Ensino. A deliberação destaca a importância de um currículo que contemple a formação integral do estudante, respeitando as diversidades regionais e culturais, e assegura os direitos e objetivos de aprendizagem em todas as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Além disso, a norma enfatiza a necessidade de uma transição harmoniosa entre as diferentes etapas da educação básica, para permitir a continuidade do desenvolvimento dos alunos e alinhando as práticas pedagógicas às diretrizes estabelecidas pela BNCC. Essa deliberação se conecta com as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular e a Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, que instituiu a comissão de especialistas para a elaboração da BNCC, reafirmando o compromisso com a qualidade na educação em todo o Estado do Paraná.

O "Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações" estabelece as diretrizes fundamentais para a educação infantil e o ensino fundamental no estado do Paraná. Este documento se alinha à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo Ministério da Educação, definindo os direitos e objetivos de aprendizagem essenciais para os estudantes paranaenses. Esse Referencial foi elaborado por um esforço colaborativo entre o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Ele busca assegurar equidade e qualidade na educação, adaptando os conteúdos e práticas pedagógicas à realidade social, cultural e econômica do Paraná. O documento estabelece princípios orientadores, como a educação como direito inalienável, a valorização da diversidade, a educação inclusiva, e o compromisso com a formação integral dos estudantes. Além disso, orienta a transição entre etapas da educação básica e destaca a importância da avaliação como um momento de aprendizagem. Com isso, o Paraná busca assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação que os prepare para o exercício pleno da cidadania e para os desafios da vida em sociedade, refletindo as especificidades e necessidades locais. Este referencial dá continuidade às discussões legislativas sobre a educação básica, complementando e reforçando as normas e políticas educacionais estabelecidas anteriormente, como a Base Nacional Comum Curricular e as diretrizes específicas para diferentes áreas do conhecimento e modalidades de ensino.

A Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, introduzindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Básica (BNC-Formação). Essa resolução visa assegurar que a formação docente seja alinhada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já vigente para a educação básica. O documento reforça a importância de uma formação que desenvolva competências profissionais essenciais para a prática pedagógica, abordando três dimensões fundamentais: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. Entre outros pontos, a resolução também destaca a necessidade de uma formação que esteja intrinsecamente ligada à prática desde o início dos cursos de licenciatura, a integração com as redes de ensino básico, e a inclusão de metodologias inovadoras e recursos tecnológicos no processo formativo. Essa norma dá continuidade à discussão anterior sobre a implementação e regulamentação da BNCC e as mudanças necessárias na formação de professores, especialmente no contexto das reformas educacionais recentes no Brasil, como a estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, que modificou o ensino médio e reforçou a necessidade de adaptação curricular em conformidade com a BNCC.

O documento intitulado "Caderno das Ementas" apresenta as diretrizes curriculares implementadas no Estado do Paraná para o Ensino Médio a partir de 2022, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.415/2017 e a Resolução n.º 03/2018 do Conselho Nacional de Educação. Este documento estabelece que o currículo do Ensino Médio deve ser organizado em duas partes indissociáveis: a Formação Geral Básica (FGB) e os Itinerários Formativos (IF). A FGB é baseada no Currículo para o Ensino Médio da Rede Estadual do Paraná, e os IF consistem em um conjunto de unidades curriculares que permitem aos estudantes aprofundarem conhecimentos e se preparar para o mercado de trabalho ou para a continuidade dos estudos. O "Caderno das Ementas" detalha as ementas dessas unidades curriculares para diversas modalidades de ensino, como Ensino Médio Regular, Colégios Cívico-Militares, Escolas de Tempo Integral, entre outras, abordando temas como Educação Financeira, Pensamento Computacional e Projeto de Vida. A implementação dessas diretrizes visa promover uma formação integral dos estudantes, considerando suas competências e habilidades essenciais para o mundo contemporâneo. Este documento se alinha à legislação educacional discutida anteriormente, especialmente no que se refere à estruturação curricular e ao papel da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na definição das competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo do Ensino Médio, conforme estabelecido pela Lei n.º 13.415/2017. O "Caderno das Ementas" é uma aplicação prática dessas diretrizes, fornecendo um guia detalhado para a implementação das reformas curriculares no contexto do Paraná.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

A Instrução Normativa nº 002/2024 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), por meio da Diretoria de Educação (DEDUC), estabelece critérios para a distribuição de aulas para professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM), do Quadro Único de Pessoal (QUP) e para professores contratados em Regime Especial pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS). Esta norma é direcionada para a atuação nos cursos da Educação Profissional e Técnica das instituições da rede pública estadual de ensino do Paraná para o ano letivo de 2024. A Instrução Normativa detalha a ordem de prioridade na distribuição das aulas, considerando a habilitação dos professores de acordo com os componentes curriculares e as necessidades dos cursos técnicos ofertados. A norma também aborda casos específicos, como a possibilidade de professores concursados na Educação Básica assumirem disciplinas técnicas, desde que possuam a formação acadêmica adequada. Além disso, a norma define diretrizes sobre a atuação dos professores em cursos técnicos, incluindo critérios para graduações e habilitações necessárias para o ensino desses componentes. Essa normativa se contextualiza dentro do arcabouço legislativo maior, que inclui a Lei Federal nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e o Referencial Curricular do Paraná, buscando garantir que a distribuição de aulas seja realizada de forma organizada e em conformidade com as necessidades pedagógicas e administrativas das instituições de ensino. Ela dá continuidade à discussão sobre a importância da legislação educacional na organização e implementação de políticas de educação profissional e técnica, alinhada às mudanças promovidas pela LDB e outras normativas estaduais e federais.

CONSEQUÊNCIAS CURRICULARES DAS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ

A implementação do Novo Ensino Médio no Paraná, alicerçada nos Cadernos de Itinerários Formativos dos anos letivos de 2022 e 2023, reflete as mudanças estruturais na educação brasileira, conforme estabelecido pela Lei Federal n° 13.415/2017, pela Resolução CNE/CP n° 03/2018 e pela Deliberação CEE/CP n° 04/2021. Este processo, alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Referencial Curricular do Paraná, visa oferecer uma formação mais flexível e adaptada às demandas contemporâneas dos estudantes, ao mesmo tempo em que sugere uma orientação voltada para a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, característica das tendências neoliberais na educação.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

As novas orientações para as práticas docentes e as unidades curriculares que compõem a parte flexível obrigatória (PFO) e a parte flexível (PF) do currículo paranaense representam a concretização das políticas educacionais abordadas anteriormente. A inclusão de disciplinas como "Projeto de Vida", "Educação Financeira" e "Pensamento Computacional" pela SEED-PR exemplifica a tentativa de modernizar o currículo e preparar os estudantes para os desafios do século XXI, em consonância com os objetivos da reforma do Ensino Médio. No entanto, essas disciplinas também podem ser vistas como reflexos de uma tendência que valoriza a formação de indivíduos "empreendedores" e "adaptáveis", em detrimento de uma educação mais crítica e reflexiva, característica central das discussões sobre a neoliberalização da educação.

Contudo, a implementação inicial dessas disciplinas, sem diretrizes claras sobre a qualificação dos docentes e os objetivos específicos dessas matérias, revela os desafios práticos de aplicar diretrizes nacionais em contextos locais. Isso evidencia a complexidade da reforma educacional, que vai além da simples promulgação de leis e resoluções, exigindo uma adaptação cuidadosa às particularidades regionais e à capacidade das redes de ensino. A operacionalização dos currículos, neste sentido, pode reforçar práticas que priorizam a eficiência e a empregabilidade, características centrais das políticas educacionais influenciadas por uma lógica neoliberal.

Essa situação se conecta diretamente com as discussões sobre a formação de professores, conforme abordado na Resolução CNE/CP nº 2/2019, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. A introdução de novas disciplinas sem a preparação adequada dos docentes pode comprometer a qualidade do ensino, destacando a importância de alinhar as políticas de formação docente com as mudanças curriculares. Isso é particularmente relevante em um contexto em que a formação docente também pode estar sendo influenciada por princípios que enfatizam a flexibilidade e a capacidade de adaptação, em detrimento de uma formação crítica e sólida.

Além disso, a escolha de tornar essas novas disciplinas obrigatórias, em detrimento de disciplinas tradicionais, reflete um debate mais amplo sobre o equilíbrio entre a formação geral e a preparação para o mercado de trabalho, um tema central na Lei nº 13.415/2017 e nas discussões sobre a neoliberalização da educação mencionadas anteriormente. Esse equilíbrio, ao ser operacionalizado nos currículos, pode contribuir para a formação de sujeitos alinhados às demandas do mercado, em vez de cidadãos críticos e participativos.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

A implementação do Novo Ensino Médio no Paraná exemplifica, assim, o desafio de converter políticas educacionais amplas em práticas pedagógicas consistentes com demandas mais amplas da sociedade, ressaltando a necessidade de um planejamento detalhado, formação docente adequada e flexibilidade para ajustes conforme as realidades locais se manifestem, sem perder de vista o debate sobre a influência das tendências neoliberais na definição e operacionalização dos currículos escolares.

QUADRO 5 –DISCIPLINAS DO "NOVO ENSINO MÉDIO".

COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA (PV)			
Etapa	**PROJETO DE VIDA** **-**Ensino Médio: 1ª, 2ª e 3ª séries	**Carga horária**	1ª série: 02 aulas semanais 2ª série: 01 aula semanal 3ª série: 02 aulas semanais
Objetivos da disciplina	•Auxiliar os jovens a refletirem sobre seus desejos e objetivos, aprendendo a se organizarem, estabelecerem metas, planejarem e desenvolverem determinação, esforço, autoconfiança e persistência na realização de seus projetos presentes e futuros; •Apoiar os jovens na compreensão do mundo do trabalho, das novas tendências e profissões da sociedade contemporânea, com a finalidade de propiciar escolhas aos estudantes, entre elas, a dos Itinerários Formativos, antes e após a conclusão do Ensino Médio; •Contribuir para a formação dos estudantes por meio da formulação de um projeto de vida, que contemple as dimensões pessoais, sociais, educacionais e profissionais; •Incentivar a autorreflexão dos estudantes, entendidos como sujeitos que constroem suas trajetórias, considerando a diversidade de contextos sociais, culturais, geográficos, políticos e econômicos, que influenciam as suas ações; •Promover o diálogo e a escuta ativa dos jovens estudantes no cotidiano das aulas e demais práticas pedagógicas; •Desenvolver elementos teóricos e práticos que garantam ao jovem o efetivo exercício da autonomia para as escolhas pessoais de vida, frente a sua realidade e dinâmica do mundo contemporâneo, seu constante movimento de mudanças e os novos desafios que são produzidos cotidianamente (SEED/PR, 2022, p.57)		
Critérios para atribuição de aulas	•Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação - Projeto de Vida e ministraram aulas de Projeto de Vida em anos anteriores. • Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação e ministraram aulas de Projeto de Vida em anos anteriores. • Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação. • Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que ministraram aulas de Projeto de Vida em anos anteriores. • Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que concluíram o Curso de Projeto de Vida ofertado pela Secretaria de Estado da Educação - SEED. • Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que concluíram Cursos de Formação Continuada em Projeto de Vida nos três últimos anos. • Professores com habilitação em Sociologia, Filosofia, História, Geografia ou Pedagogia, nesta ordem (SEED/PR, 2023, p. 5).		
COMPONENTE CURRICULAR EDUCAÇÃO FINANCEIRA (EF)			
Etapa	**EDUCAÇÃO FINANCEIRA** **-**Ensino Médio:1ª, 2ª e 3ª séries	**Carga horária**	1ª série: 02 aulas semanais 2ª série: 02 aulas semanais 3ª série: 02 aulas semanais

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Objetivos da disciplina	•Construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, além dos seus próprios, com mais segurança, domínio, controle e conhecimento técnico do tema, entendendo que essa atitude faz parte de seu exercício de cidadania. •O trabalho com a Educação Financeira na escola deve priorizar um ensino que busque um olhar interdisciplinar estabelecendo interrelações com os conceitos e práticas, ampliando as diversas abordagens dos conteúdos levando-se em conta a ampla dimensão do conhecimento com relação com o contexto do mundo real. •Além de estabelecer conexão entre objetos do conhecimento e o contexto do dia a dia do estudante, busca-se também desenvolver capacidades decisórias para suprir os interesses e perspectivas em relação ao seu projeto de vida, bem como uma postura consciente em relação às questões financeiras (SEED/PR, 2022, p.109).		
Critérios para atribuição de aulas	•Professores com habilitação em Matemática, Administração, Economia, Contabilidade/Ciências Contábeis ou Pedagogia, nesta ordem, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação - Educação Financeira e ministraram aulas de Educação Financeira em anos anteriores. • Professores com habilitação em Matemática, Administração, Economia, Contabilidade/Ciências Contábeis ou Pedagogia, nesta ordem, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação e ministraram aulas de Educação Financeira em anos anteriores. • Professores com habilitação em Matemática, Administração, Economia, Contabilidade/Ciências Contábeis ou Pedagogia, nesta ordem, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação. • Professores com habilitação em Matemática, Administração, Economia, Contabilidade/Ciências Contábeis ou Pedagogia, nesta ordem, que ministraram aulas de Educação Financeira em anos anteriores. • Professores com habilitação em Matemática, Administração, Economia, Contabilidade/Ciências Contábeis ou Pedagogia, nesta ordem (SEED/PR, 2023, p.6).		
COMPONENTE CURRICULAR PENSAMENTO COMPUTACIONAL (PC)			
Etapa	**PENSAMENTO COMPUTACIONAL** **-**Ensino Médio:1ª, 2ª e 3ª séries	**Carga horária**	1ª série: 01 aula semanal 2ª série: 02 aulas semanais
Objetivos da disciplina	• Apoiar os jovens no processo de aprendizagem do uso das TDIC e sua aplicabilidade na resolução de problemas do cotidiano; •Auxiliar os estudantes no processo de reflexão crítica e uso ético das TDIC; •Desenvolver habilidades e competências para a criação de tecnologias digitais como sites, jogos e aplicativos, por meio de linguagens de programação e marcações (SEED/PR, 2022, p.134).		
Critérios para atribuição de aulas	Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação – Pensamento Computacional e ministraram aulas de Pensamento Computacional, de Programação, de Tecnologia Computacional ou Programa Edutech Computacional, nesta ordem, em anos anteriores. • Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação – Pensamento Computacional e ministraram aulas de Pensamento Computacional, de Programação, de Tecnologia Computacional ou Programa Edutech Computacional, nesta ordem, em anos anteriores. • Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação e ministraram aulas de Pensamento Computacional, de Programação, de Tecnologia Computacional ou Programa Edutech Computacional, nesta ordem, em anos anteriores. • Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que concluíram o Grupo de Estudos Formadores em Ação. • Professores com habilitação em qualquer componente curricular, que ministraram aulas de Pensamento Computacional, de Programação, de Tecnologia Computacional ou Programa Edutech Computacional, nesta ordem, em anos anteriores. • Professores com habilitação em Engenharia da Computação, Ciências da Computação/Sistemas de Informação, Análise de Sistemas, Tecnologia da Informação, Matemática ou Física, nesta ordem.		

Fonte: Os autores (2024) adaptado do caderno de Itinerários Formativos para o ano letivo de 2022 e 2023.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Os componentes curriculares “Projeto de Vida”, “Educação Financeira” e “Pensamento Computacional” mostrados no Quadro 5, implementados no Novo Ensino Médio do Paraná, refletem uma forte tendência de alinhamento com princípios neoliberalizantes na educação. Essas disciplinas, inseridas com a justificativa de preparar os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo, focam na formação de competências individuais voltadas para a empregabilidade e a adaptação ao mercado de trabalho, características centrais da lógica neoliberal.

O “Projeto de Vida”, por exemplo, incentiva os jovens a se organizarem e estabelecerem metas pessoais e profissionais, muitas vezes direcionadas para o mercado, enquanto “Educação Financeira” busca equipar os estudantes com conhecimentos técnicos para a gestão de finanças pessoais, reforçando a responsabilidade individual no gerenciamento econômico em um contexto de redução do papel do Estado. O “Pensamento Computacional” promove a alfabetização digital e o desenvolvimento de habilidades tecnológicas, essenciais em um mercado de trabalho cada vez mais digitalizado, mas também conforma os estudantes às demandas de um mercado que valoriza a capacidade de inovação tecnológica como principal motor de competitividade.

Esses componentes, ao serem priorizados em detrimento de disciplinas tradicionais mais críticas, como Sociologia e Filosofia, evidenciam uma reconfiguração curricular que privilegia a formação técnica e a adaptação ao mercado, em vez de promover uma educação integral e crítica. A flexibilidade na habilitação dos docentes para ministrar essas disciplinas, muitas vezes com formação em áreas diversas e sem um enfoque pedagógico específico, reflete a valorização da polivalência e da eficiência na lógica neoliberal, em que a qualificação técnica pode ser mais importante que uma formação humanística sólida.

Assim, o currículo do Novo Ensino Médio no Paraná pode ser visto como uma expressão concreta da neoliberalização da educação, moldando os estudantes para serem indivíduos competitivos, responsáveis por seu próprio sucesso, e preparados para um mercado de trabalho dinâmico, mas que, paradoxalmente, desvaloriza as disciplinas que promovem a reflexão crítica sobre esse mesmo sistema.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

FORMAÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL: ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO EDUCACIONAL

O debate sobre a neoliberalização da educação, embora global em sua abrangência, encontra uma expressão particular na realidade brasileira e, especificamente, no Estado do Paraná. A implementação do Novo Ensino Médio no Paraná, com suas reformas curriculares que introduzem disciplinas como "Projeto de Vida", "Educação Financeira" e "Pensamento Computacional", exemplifica como essas tendências são operacionalizadas em nível local. Raewyn Connell (2013) argumenta que, em escala mundial, houve a difusão do "conceito neoliberalizante de educação", onde as reformas educacionais são direcionadas a estruturar competências e atitudes que atendam às demandas de uma força de trabalho produtiva. No contexto paranaense, essas reformas refletem esse conceito ao priorizar a formação de indivíduos preparados para as exigências do mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento de uma educação mais crítica e humanística. O currículo do Novo Ensino Médio no Paraná pode ser entendido como uma manifestação concreta dessas políticas, que transformam a educação em um mecanismo para a produção de capital humano, reafirmando as ideias de Connell sobre a educação neoliberal como um instrumento para gerar lucros para a economia de mercado.

Esse processo de reconfiguração educacional, exemplificado pela BNCC, não é incidental; ele reflete uma lógica deliberada de alinhamento da educação às necessidades do mercado. Ao priorizar "competências" e "habilidades" que atendem às demandas do mercado de trabalho, a BNCC contribui para a mercantilização da educação, uma transformação que tem profundas implicações para os professores e para a essência do ensino. No Paraná, essa lógica se materializa de forma clara com a implementação do Novo Ensino Médio, onde disciplinas como "Projeto de Vida", "Educação Financeira" e "Pensamento Computacional" são inseridas com o objetivo de formar indivíduos adaptáveis e competitivos, prontos para atender às exigências do capital. Sob o neoliberalismo, a educação deixa de ser um espaço de desenvolvimento intelectual e social, funcionando como um campo de formação competitiva, marcado pela conformidade social e pela marginalização de protestos e alternativas racionais. A neoliberalização da educação, portanto, transforma tanto o conteúdo quanto a prática pedagógica, redefinindo as finalidades do ensino de acordo com as exigências do capital e esvaziando seu potencial transformador. No Paraná, essa tendência se manifesta concretamente,

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

reforçando a subordinação da educação aos interesses do mercado, em detrimento de uma formação crítica e emancipadora.

A proposta de modificar o currículo educacional por meio da introdução de disciplinas sem critérios rigorosos para sua ministração revela uma incoerência significativa no contexto das reformas educacionais, especialmente no Paraná. O "Referencial Curricular do Paraná" estabelece que "a essência do Novo Ensino Médio é o protagonismo do estudante; portanto, o aprendizado precisa ser significativo" (SEED/PR, 2018, p. 75). Contudo, essa premissa parece desconectada da realidade quando confrontada com as reflexões de Aronson (2016), que destaca a importância de uma educação culturalmente relevante e orientada por práticas docentes responsivas e emancipatórias, voltadas à justiça social. Aronson sugere que uma pedagogia de justiça social, comprometida com o empoderamento coletivo, é fundamental para enfrentar as questões socioculturais que afetam as escolas, e que um aprendizado verdadeiramente significativo deve ser culturalmente relevante e socialmente justo (ARONSON, 2003, p. 38). Entretanto, a implementação do Novo Ensino Médio no Paraná parece mais alinhada às tendências globalizadas de reformas educacionais, fortemente influenciadas pela lógica capitalista. Nesse cenário, o protagonismo estudantil e a justiça social frequentemente cedem lugar a práticas educacionais que priorizam as demandas do mercado, reforçando a mercantilização do ensino e a padronização de currículos. O resultado é um sistema educacional que, embora promova o protagonismo do estudante, o faz dentro de um marco que atende mais aos interesses do mercado do que à necessidade de uma educação verdadeiramente transformadora.

Boden e Nedeva (2010) analisam como as universidades europeias têm desempenhado um papel central na formação de estudantes com competências alinhadas às necessidades econômicas e governamentais de seus países. Os autores destacam que esse processo está profundamente vinculado à criação de discursos sobre "empregabilidade", que determinam quais habilidades e conhecimentos são valorizados no mercado de trabalho e influenciam as expectativas e identidades dos estudantes como futuros trabalhadores. Essa dinâmica reflete uma lógica neoliberal, na qual as universidades promovem produtividade e flexibilidade, frequentemente em detrimento de uma educação voltada para o pensamento crítico e humanístico. No Paraná, essa lógica parece se manifestar na implementação do Novo Ensino Médio, onde a ênfase na "empregabilidade" se manifesta na inclusão de disciplinas como "Educação Financeira" e "Pensamento Computacional". Essas matérias, inseridas no currículo

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

para preparar os estudantes para o mercado de trabalho, reforçam a ideia de que a educação deve atender prioritariamente às demandas econômicas, seguindo a lógica de produtividade e eficiência. Assim como nas universidades europeias descritas por Boden e Nedeva, o sistema educacional paranaense parece priorizar a adaptação dos estudantes às exigências do mercado, em detrimento de uma formação crítica e integral que os capacitaria a questionar e transformar as estruturas sociais e econômicas em que estão inseridos.

Ao aplicar essa lógica ao ensino médio, o sistema educacional corre o risco de limitar o horizonte dos jovens, direcionando-os desde cedo para uma inserção eficiente no mercado de trabalho, sem oferecer as ferramentas necessárias para uma compreensão crítica e ampla do mundo ao seu redor. A ênfase na "empregabilidade" no ensino médio, assim como nas universidades, promove uma visão instrumental da educação, que privilegia a adaptação às exigências do mercado em detrimento do potencial transformador da educação. Isso contribui para a marginalização de disciplinas e áreas do conhecimento que não se encaixam facilmente na lógica de mercado, enfraquecendo o papel do ensino médio como um espaço de formação integral, que deveria preparar os estudantes não apenas para o trabalho, mas para a vida em sociedade. Assim, o discurso da "empregabilidade" permeia todo o sistema educacional, desde o ensino médio até o ensino superior, reforçando uma concepção de educação que atende às demandas do mercado, mas que pode negligenciar a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Nesse sentido, o ensino médio, sob o impacto dessas reformas, passa a ser um espaço onde se promove a domesticação dos estudantes, formando-os para se tornarem trabalhadores maleáveis e despolitizados, aptos a navegar em um mercado de trabalho incerto e volátil, mas desprovidos das ferramentas necessárias para questionar ou transformar essa realidade. A plataformização do ensino, que acompanha essas mudanças, intensifica a mercantilização da educação e contribui para a fragmentação do conhecimento, limitando as oportunidades de desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes. Assim, o currículo do Novo Ensino Médio, ao suprimir disciplinas que incentivam o pensamento crítico em favor de matérias que promovem a conformidade com o status quo econômico, reflete uma tendência global de subordinação da educação aos interesses do mercado, enfraquecendo seu papel emancipador e fortalecendo a lógica capitalista que busca transformar a educação em uma mercadoria e os estudantes em meros produtos prontos para o consumo pelo mercado de trabalho.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Louise Archer (2008) critica a possibilidade de "renunciar à construção do sujeito acadêmico neoliberal" em um contexto em que a massificação e a mercantilização do ensino superior predominam. Baseando-se em Davies e Petersen (2005), Archer destaca como a lógica neoliberal transforma os indivíduos em "competidores que se esforçam para produzir os resultados desejados pelo governo". Ela argumenta que essa lógica ameaça a capacidade dos acadêmicos de se envolverem em trabalhos intelectuais criativos ou críticos, uma vez que o ambiente competitivo e orientado pela produtividade acaba por comprometer o valor intrínseco da educação. Em vez de permitir a formação de um sujeito acadêmico engajado e reflexivo, o sistema neoliberal reduz o acadêmico a um mero executor de tarefas predeterminadas pelo mercado e pelo Estado, esvaziando o potencial transformador da educação. No Paraná, essa realidade parece estar se refletindo na implementação do Novo Ensino Médio, onde a introdução de disciplinas voltadas para a "empregabilidade" e a adaptação ao mercado de trabalho segue essa mesma lógica. Em vez de promover uma educação que valorize a criatividade e o pensamento crítico, o currículo paranaense parece reforçar a construção de sujeitos ajustados às demandas do mercado, alinhando-se às tendências de massificação e mercantilização criticadas por Archer. Assim, o ensino no Paraná, ao priorizar a formação de indivíduos que atendam às expectativas do mercado, compromete a integridade da educação como espaço de desenvolvimento intelectual e social, reafirmando as preocupações de Archer sobre a erosão do valor intrínseco da educação em um contexto neoliberal.

Louise Archer (2008) aprofunda sua análise ao destacar que, mesmo aqueles que seguem a lógica meritocrática, acabam se iludindo com uma sensação de "segurança" ou "proteção" ao "jogar o jogo do neoliberalismo". Archer argumenta que professores e pesquisadores, na tentativa de assegurar suas posições acadêmicas e criar espaços para realizar um trabalho intelectual significativo, muitas vezes são forçados a buscar financiamento externo, seja por meio de fomento ou bolsas de pesquisa. Esse comportamento expõe uma adaptação às exigências do mercado, onde a sobrevivência acadêmica se torna cada vez mais dependente da capacidade de captar recursos financeiros. No contexto do Paraná, essa dinâmica pode ser observada na implementação do Novo Ensino Médio, onde as mudanças curriculares parecem refletir uma adaptação semelhante às demandas de um mercado neoliberal. A introdução de disciplinas que priorizam a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho exemplifica como a educação está cada vez mais orientada por critérios de produtividade e eficiência. Esse cenário reforça a lógica meritocrática e a dependência de recursos externos, em detrimento de

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

uma educação que valorize o desenvolvimento crítico e intelectual dos estudantes. Assim, o sistema educacional paranaense, ao adotar essas práticas, corre o risco de perpetuar a mesma ilusão de segurança criticada por Archer, onde a educação se torna um instrumento de adaptação ao mercado, em vez de ser um espaço de transformação social e intelectual.

Archer (2008) alerta que essa realidade impõe uma constante necessidade de provar a própria relevância dentro de um sistema que prioriza resultados mensuráveis e retorno sobre investimento, muitas vezes em detrimento do pensamento crítico e inovador. Essa lógica neoliberal ao se infiltrar no sistema educacional, passa a condicionar profundamente as práticas e prioridades dos acadêmicos, limitando suas possibilidades de resistência e reforçando um sistema que valoriza a conformidade e a produtividade acima da liberdade intelectual e da inovação crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

Com base nas análises realizadas ao longo deste artigo, é possível concluir que a implementação do Novo Ensino Médio no Paraná, ao seguir diretrizes neoliberalizantes refletidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas reformas educacionais mais amplas no Brasil, ilustra um processo de mercantilização da educação que prioriza a formação de indivíduos adaptáveis às exigências do mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento de uma educação crítica e emancipadora. Essa tendência reflete uma lógica global de alinhamento da educação às necessidades do capital, que se manifesta localmente através da introdução de disciplinas voltadas para a empregabilidade e para a conformidade com as dinâmicas econômicas contemporâneas, limitando o potencial transformador da educação e reforçando a subordinação do ensino às demandas do mercado.

Relegar as disciplinas humanísticas, como Sociologia e Filosofia, a um segundo plano no currículo do ensino médio, como evidenciado na implementação do Novo Ensino Médio no Paraná, apresenta riscos significativos para a formação de cidadãos social e politicamente conscientes. Essas disciplinas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento crítico, na compreensão das dinâmicas sociais e na formação de uma consciência política capaz de questionar e transformar as estruturas de poder existentes. Ao priorizar disciplinas voltadas para a empregabilidade e a adaptação ao mercado, corre-se o risco de formar indivíduos tecnicamente competentes, mas desprovidos das ferramentas necessárias para uma análise crítica da sociedade em que vivem. Essa lacuna educacional pode resultar em

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

uma cidadania passiva, conformada e incapaz de exercer plenamente seu papel em uma democracia, o que compromete a construção de uma sociedade mais justa. Assim, a desvalorização das disciplinas humanísticas traz o risco de empobrecer a formação educacional e, ao mesmo tempo, enfraquecer o tecido social ao limitar a capacidade dos jovens de se tornarem agentes de mudança.

As reformas neoliberais aprovadas no Brasil, incluindo a Reforma do Ensino Médio, trouxeram desafios significativos para a garantia dos direitos humanos, especialmente ao desvalorizar as Ciências Humanas. No entanto, ao invés de simplesmente marginalizar essas disciplinas em favor de uma educação tecnicista voltada para o mercado de trabalho, é possível repensar a educação de forma que disciplinas técnicas e humanísticas coexistam de maneira equilibrada. Integrar conteúdos que lidam com a formação técnica e, simultaneamente, promovam a consciência crítica e cidadã pode oferecer uma educação mais completa e alinhada com as dinâmicas da vida. As Ciências Humanas, ao lado das disciplinas técnicas, têm o potencial de formar indivíduos aptos a desempenhar funções específicas no mercado e capacitados a refletir sobre as estruturas sociais e políticas que influenciam as suas vidas. Ao promover essa integração, é possível construir um modelo educacional capaz de preparar os estudantes para o mercado de trabalho e habilitá-los a serem cidadãos críticos e conscientes, capazes de contribuir para uma sociedade igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Brasília, CNE/CEB, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução CNE/CEB n. 02/2012. Brasília: CNE/CEB, 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.140, de 22 de novembro de 2013**. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. Brasília, DF: MEC, [2013].

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014].

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015**. Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, [2015].

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Resolução n. 03, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Presidência da República,2018.

BRASIL. **Resolução n. 4, de 17 de dezembro de 2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM).

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio. **Resolução CNE/CP n. 04/2018**. Brasília: CNE/CP, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.432, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Brasília, DF: Presidência da República, [2018d]. Disponível em: https://www.in.gov.br/ materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Brasília: CNE/CP, 2019.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage, 2009.

Kauchakje, S. e Rosa, M. A. **Revisão Sistemática da Literatura: como fazer?** v. 1. Curitiba: Editora UTP. 2020.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? São Paulo: Sueli Carneiro, 2019. (Coleção Feminismos Plurais/Coordenação de Djamilla Ribeiro).

SEED. **Referencial curricular para o ensino médio do Paraná**. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. – Curitiba: SEED/PR., 2021

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.313
ISSN: 2447-0244

Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional